



PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

REVISTA DE
GEOGRAFIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia>

O PROJETO MODERNIZADOR E OS CONFLITOS EM TORNO DA ÁGUA NOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS E INDÍGENAS NO NORDESTE DO BRASIL

Joalysson Severo Batista¹ - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7235-9774>

José Adailton Silva² - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4415-4082>

Thiago Henrique Araújo Silva³ - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8971-1738>

¹ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil*

² Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil**

³ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil***

Artigo recebido em 25/07/2021 e aceito em 09/11/2021

RESUMO

Desde tempos remotos, a humanidade busca promover a gestão da água para atender as diversas necessidades e interesses. Neste sentido, surge no Brasil, especialmente no início do século XX, ações governamentais voltadas à “Modernização na gestão hídrica” pautada na construção de grandes reservatórios e hidrelétricas, visando represar as águas fluviais com o intuito de promover os usos múltiplos das águas, a saber: abastecimento público, geração de energia, controle de enchentes, e atividades agropecuárias e industriais. Todavia, as grandes obras hidráulicas geraram grandes impactos sociais, econômicos e ambientais. Diante disso, o presente trabalho objetivou discutir sobre a construção de barragens/hidrelétrica e seus conflitos correlacionados às comunidades tradicionais e indígenas. Para tanto, foram realizadas – em espaços de pesquisas localizados nos Estados do Ceará, Pernambuco e Paraíba - estudos documentais, pesquisas de campo e entrevistas com comunidades que enfrentam problemas em função da promoção de grandes obras hidráulicas. Com os estudos, pode-se denotar divergência de interesses e necessidades, além da existência de conflitos socioculturais relacionados à desterritorialização, e aos impactos econômicos e ambientais advindos da construção de grandes represas d’água.

Palavras-chave: água; modernização; território; conflitos.

* Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco - (UFPE). Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Especialista em História e Cultura Afro-brasileira pela Faculdade Batista de Minas Gerais - FBMG (2019). Possui graduação em História pela Universidade Regional do Cariri - URCA (2016). Pesquisa na área de História, com ênfase em história oral, resistência camponesa e movimentos sociais de "atingidos por barragem", E-mail: joalyssonsevero@gmail.com

** Professor vinculado à Secretaria de Educação do Estado da Paraíba e pesquisador da Associação dos Profissionais em Agroecologia – APA, E-mail: adailton_limasilva@hotmail.com

*** Mestrado em andamento em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco. Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: thiago.has.89@hotmail.com

THE MODERNIZING PROJECT AND CONFLICTS OVER WATER IN TRADITIONAL AND INDIGENOUS TERRITORIES IN NORTHEAST BRAZIL

ABSTRACT

Since ancient times, humanity has sought to promote water management to meet different needs and interests. In this sense, in Brazil, especially from the 1940s onwards, government actions aimed at "Modernization in water management" based on the construction of large reservoirs and hydroelectric plants, aiming to dam river waters in order to promote multiple uses of water, namely: public supply, power generation, flood control, and agricultural and industrial activities. However, large hydraulic works generated great social, economic and environmental impacts. Therefore, this work aimed to discuss the construction of dams / hydroelectric and its conflicts related to traditional and indigenous communities. To this end, documentary studies, field research and interviews with communities facing problems due to the promotion of large hydraulic works were carried out in research spaces located in the states of Ceará, Pernambuco and Paraíba. With the studies, one can denote divergence of interests and needs, in addition to the existence of sociocultural conflicts related to deterritorialization, and the economic and environmental impacts arising from the construction of large water dams.

Keywords: water - modernization – territory – conflicts.

EL PROYECTO MODERNIZADOR Y LOS CONFLICTOS POR EL AGUA EN TERRITORIOS TRADICIONALES E INDÍGENAS DEL NORESTE DE BRASIL

RESUMEN

Desde la antigüedad, la humanidad ha buscado promover la gestión del agua para satisfacer diferentes necesidades e intereses. En este sentido, aparecen en Brasil, especialmente a partir de la década de 1940, acciones de gobierno encaminadas a la "Modernización en la gestión del agua" basadas en la construcción de grandes embalses y centrales hidroeléctricas, con el objetivo de represar las aguas de los ríos para promover los usos múltiples del agua, es decir: abastecimiento público, generación de energía, control de inundaciones y actividades agrícolas e industriales. Sin embargo, las grandes obras hidráulicas generaron grandes impactos sociales, económicos y ambientales. Por lo tanto, este trabajo tuvo como objetivo discutir la construcción de represas / hidroeléctricas y sus conflictos relacionados con las comunidades tradicionales e indígenas. Para ello, se llevaron a cabo estudios documentales, investigaciones de campo y entrevistas a comunidades con problemas por la promoción de grandes obras hidráulicas en espacios de investigación ubicados en los estados de Ceará, Pernambuco y Paraíba. Con los estudios se puede denotar divergencia de intereses y necesidades, además de la existencia de conflictos socioculturales relacionados con la desterritorialización, y los impactos económicos y ambientales derivados de la construcción de grandes represas de agua.

Palabras-clave: agua - modernización – território - conflictos

A representação de um progresso do gênero humano na história é inseparável da representação do avanço dessa história percorrendo um tempo homogêneo e vazio. A crítica a representação desse avanço tem de ser a base crítica da representação do progresso em geral.

(Walter Benjamin, Teses sobre o Conceito de História)

INTRODUÇÃO

Ao longo de décadas, a solução para a escassez hídrica em regiões semiáridas tem se pautado em grandes obras hidráulicas, especialmente as relacionadas à construção de grandes represas/repertórios d'água (NETO et al., 2012). Com isso, obtiveram-se, por um lado, benefícios relacionados à gestão, oferta e segurança hídrica; mas por outro lado, surgiram - e continuam a surgir – conflitos socioculturais e econômicos, principalmente quando da existência de comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, ribeirinhas etc.

No Semiárido Brasileiro, costuma-se apontar que a escassez hídrica é fomentada, essencialmente, pelas condições climáticas: baixo índice pluviométrico, variabilidade espaço-temporal das chuvas, e alto índice de evapotranspiração. Com isso, a carência de recursos hídricos estaria intimamente correlacionada à pobreza da população local, muito em função de perdas significativas na produção agropecuária local.

Diante do cenário exposto anteriormente, as ações governamentais - em conjunto com iniciativas privadas-, passaram a investir em um “Projeto de Modernização” pautado em grandes obras de engenharia para o gerenciamento dos recursos hídricos disponíveis localmente. Logo, o desejo em solucionar a falta de água “subjugou” opiniões e interesses adversos, o que condicionou o surgimento de conflitos.

Atualmente, evidencia-se inúmeros conflitos em função do processo de degradação ambiental causado por ações antrópicas relacionadas às obras de infraestrutura, principalmente no tocante a construção de grandes represas. (SOUZA & AZEVEDO, p 3)

Tendo em vista a magnitude das transformações no espaço territorial, durante e após a construção de barragens, e sabendo-se dos conflitos socioambientais e culturais gerados pelos grandes reservatórios hídricos, o presente trabalho irá discutir sobre os benefícios e problemas socioculturais e ambientais correlacionados à construção de grandes obras hidráulicas, a saber: 1) a modernização na gestão dos recursos hídricos no Cariri cearense e os impactos em comunidades tradicionais; 2) a construção da Hidrelétrica de Itaparica, no sertão pernambucano,

e seus conflitos com os povos indígenas Pankararus; e 3) a construção da Barragem de Acauã, no semiárido paraibano, e seus impactos socioculturais e econômicos.

A escolha dos espaços mencionados como objeto de estudo se deu em virtude de contrapontos de interesses e necessidades para com a construção de obras hídricas, o que promoveu o advento de conflitos socioculturais, econômicos e ambientais que perduraram ao longo do tempo.

No tocante aos procedimentos metodológicos, o presente trabalho valeu-se de uma discussão teórico-metodológica baseada em levantamento bibliográfico e documental sobre o projeto de modernização da gestão hídrica através da construção de grandes barragens e, especialmente, sobre os conflitos advindos do represamento das águas fluviais em territórios tradicionais e indígenas.

Utilizou-se, ainda, de entrevistas feitas com moradores e proprietários de terra de comunidades atingidas pelas construções de obras, bem como realização de trabalho de campo, para entender como se desenvolveram os conflitos em torno do Rio São Francisco.

Em síntese, serão debatidos assuntos correlacionados ao processo de desterritorialização e reterritorialização de populações atingidas por grandes empreendimentos hidráulicos, além de fomentar uma discussão sobre os conflitos que envolvem diversos interesses e necessidades socioeconômicas.

A “MODERNIZAÇÃO” DOS RECURSOS HÍDRICOS NO CARIRI CEARENSE E O IMPACTO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS

No Ceará, o discurso de modernidade se fez presente nas políticas públicas que tinham como objetivo principal o convívio com as estiagens do semiárido, marcado pelo clima quente e com poucas chuvas durante o ano. Nesse sentido, a nossa análise se prende em compreender como as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo do Estado serviram como dominação e destruição de comunidades tradicionais.

Em meados da década de 1980, no período de redemocratização do Brasil, iniciou-se o chamado “Governo Mudancista” no Ceará, que tinha como principal discurso o compromisso do Estado no combate ao coronelismo (em alusão ao grupo opositor que tinha como lideranças Adauto Bezerra, César Cals e Virgílio Távora, chamados de coronéis) e na modernização dos recursos hídricos no Ceará. O nosso foco será o segundo ponto, tendo a política de recursos hídricos como análise para compreendermos como o Estado Cearense atuou na construção de

reservatórios hídricos ao longo do território cearense e, com isso, impactando e destruindo comunidades tradicionais.

Com a eleição de Tasso Jereissati para o governo do Estado do Ceará em 1986, tomando posse no ano seguinte, o chamado “Governo das Mudanças”, como ficou conhecido, deu início ao projeto político que tinha como objetivo minorar os efeitos da seca no Estado. No início 1987 fora criado, pela Lei nº 11.306 de 1º de Abril de 1987, a Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará, que viria a ser o órgão responsável pelas construções de reservatórios hídricos em regiões marcadas pela escassez hídrica. A criação da SRH-CE foi considerada, pelos governantes do Estado, como um marco na modernização e no desenvolvimento do Ceará.

O termo “desenvolvimento” é marcante para entendermos o curso da política no Ceará e como esta impactou o cotidiano de diversas comunidades, subalternizando-as a partir de tais políticas consideradas desenvolvimentistas.

Para Randomsky (2018), a questão pautada no desenvolvimento (quase sempre atrelada à projetos políticos, ao Estado, às Multinacionais) está associada à colonialidade “numa trama em que a superação do subdesenvolvimento não é atingida nunca e, muitas vezes, torna-se motivo para manutenção de relações supostamente proveitosas (ajudar os outros a se desenvolverem) e concretamente problemática” (p.71).

Segundo o desenvolvimento evidenciado pelo Estado a partir das construções dos reservatórios hídricos no Ceará, tais obras iriam beneficiar diversos municípios onde as águas eram difíceis, como também proporcionar melhores condições de vida para os moradores das comunidades que foram impactadas com as construções por terem seus territórios escolhidos como locais onde seriam situadas as obras. como noticiou a TRIBUNA DO CEARÁ, em uma matéria sobre a inauguração do açude Cachoeira, no município de Aurora, em 1º de setembro de 2000.

O Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Recursos Hídricos, inaugura a Barragem Cachoeira, no município de Aurora. A barragem possui capacidade de acumulação de 34 milhões e 300 m³ de água, suficiente para preencher o vazão hídrico existente na região e promover o desenvolvimento e a melhoria na qualidade de vida da população local... Além disso, servirá como fonte de recursos hídricos para irrigação de grandes áreas, para a piscicultura e também para lazer, proporcionando a criação de um pólo de desenvolvimento regional. (TRIBUNA DO CEARÁ, 2000).

Como evidenciou a matéria acima mencionada, o projeto político desenvolvido pelo então “Governo Mudancista” tinha como objetivo “desenvolver” e “melhorar” a qualidade de vida das populações locais. No entanto, tais obras evidenciaram diversos impactos sociais, culturais e econômicos, o impacto na moradia de comunidades tradicionais, provocando a desterritorialização desses grupos.

Entre os anos de 1987 e 2001, período em que os governadores do Estado foram pessoas ligadas ao grupo, foram construídos em torno da bacia do Salgado, entre açudes financiados pelo próprio Estado e outros em parceria com a União, pelo menos três reservatórios hídricos que impactaram comunidades, como mostra a tabela abaixo, evidenciando municípios que tiveram comunidades atingidas, número de famílias desterritorializadas e ano em que concretizaram-se tais obras:

TABELA 1: Desapropriações de famílias atingidas por obras hídricas no Cariri Cearense (1987-2001)

DESAPROPRIAPRIAÇÕES DE FAMÍLIAS ATINGIDAS POR OBRAS HÍDRICAS NO CARIRI CEARENSE ENTRE OS ANOS DE 1999 E 2001			
AÇUDE	MUNICÍPIO	ANO DE IMPLANTAÇÃO	FAMÍLIAS ATINGIDAS
Cachoeira	Aurora	2000	99
Ubalzinho	Cedro	1999	128
Rosário	Lavras da Mangabeira	2001	188

Fonte: Atlas Eletrônico dos Recursos Hídricos do Ceará.

O processo de desterritorialização ocorrido com as construções aconteceram de forma violenta, iniciando pela saída das terras que muitos nasceram e viveram por décadas, mas também impactando um modo de viver rural, a perda dos laços familiares que foram degradados com a construção da Agrovila, no qual muitas famílias foram realocadas de forma aleatória, com poucas condições para desenvolver a agricultura.

Ao ser questionado sobre a importância da obra para a região, um morador de uma comunidade atingida no município de Aurora relatou:

Rapaz, para a cidade de Aurora esse açude foi muita coisa. Eu vejo assim: Aurora cresceu ao longo desses 20 anos e não progredia não, se não fosse aquele açude Aurora não teria se desenvolvido desse tanto não...Agora pra mim, eu não sei o que os outros lhe disseram, mas para mim não foi muita coisa não, de jeito nenhum, eu continuo dizendo e vou dizer até o fim, para mim aquele (açude) não representa muita coisa não. Pra nós é outra realidade, você ver agora mesmo, metade da população que saiu, metade não, uns 75 por cento da população que saiu (das antigas terras) estão sem água. Tem que comprar um carrinho d'água, 20 conto. Olhando para a água, mas não pode utilizar. Quando o açude tava cheio tinha uma bomba que mandava água pra região da agrovila e boa parte da região, mas aí o açude secou, o

açude que tinha 100 por cento agora ta com 13 por cento (de volume de água), não têm condições.

Olha, eu fiquei 35 anos ali, meu pai ficou 77 anos e eu nunca ouvi meu pai dizer que um animal morreu de sede. A água foi feita para o bem da população, principalmente a população da cidade, que não tinha água, né? Mas eu nunca ouvi meu pai dizer que uma vaca ficou com sede, que alguém dormiu sujo ou que alguém ficou com sede porque não tinha água, mas hoje tudo isso acontece. (Morador atingido por construções hídricas no Ceará, 2019)

O morador contesta, a partir desse relato, o fato de os moradores da comunidade atingida não ter acesso a água potável, uma vez que: passando-se duas décadas após a inauguração do açude a agrovila encontra-se sem acesso à água em suas casas (e continha no projeto da Agrovila água encanada para os moradores), comenta sobre a fartura de açudes e rios que existiam, mas que foram tragados pela “grande” obra, como podemos perceber na sua fala.

A “modernização” como projeto político de recursos hídricos impactou não somente no abastecimento de água das comunidades que antes contava com bons acessos, mas também mudou a rotina de muitos moradores que, aos poucos, passaram a perder os hábitos rurais inserindo-se numa realidade urbana, com territórios ressignificados. Para muitos, o território de moradia também era o território de sustento das famílias, de sociabilidade, mas que, com a chegada da obra, transformou-se. Podemos perceber no diálogo de um outro morador de um dos locais atingidos pelas obras:

Foi o lugar mais perdido que eu já morei foi esse daqui. Porque distante daqui, nós estamos vendo a água bem aí, ó. E hoje nós estamos comprando uma carga de água por 20 “real”. Agora os mais distantes daqui de nós tem água, né? E nesse toradinho, já faz 19 anos, 19, nós estamos com 19 anos sem água aqui, só gambiarra. Lá nós ‘tinha’ bananeira, mangueira, nós ‘tinha’ cana, nós ‘tinha’ canteiro, né? Nós não comprava arroz, nós plantava. Nós ‘tinha’ de tudo lá. Ai vem pra um lugar desse, um lugar totalmente seco pra nós. Tomaram nosso lugar de plantar tudo e botaram nós em cima de um cascalho desses. É péssimo, aqui tudo é péssimo. Sem água aqui é péssimo. (Morador atingido por construções hídricas no Ceará, 2019)

A formação da Agrovila, onde boa parte dos atingidos foram realocados, seguia um padrão diferente da realidade que estavam habituados, diferente de um modo de viver camponês, onde a terra é moradia e trabalho, para uma terra de pouco espaço, com casas coladas umas nas outras, contendo ainda um pequeno quintal destinado a plantações, na qual foi chamado de “Quintais verdes”, mas que na verdade continha poucas condições para plantios.

Com poucas oportunidades no campo, os moradores se sujeitavam aos trabalhos nos centros urbanos, muitos mudavam-se em definitivo para a cidade, o que, em alguns casos, acentuou-se, ainda mais, os problemas escancarados pela lógica da “modernização”, como o processo de urbanização, a falta de emprego suficiente, são fatores que podemos associar às obras hídricas construídas no Ceará.

Ainda sobre o processo de modernização, é importante pensar as consequências de tais ações, à medida em que busca, no discurso, um processo de integração, a realidade é que as práticas evidenciadas pela modernização promovem uma série de exclusões, como bem argumentou Lechner (1990):

A modernização impulsiona uma integração transnacional que provoca a marginalização tanto de amplos setores sociais como de regiões inteiras... À medida que se considera a integração transnacional uma necessidade legítima, a marginalização decorrente aparece como mal menor, indesejado porém aceito. Ou seja, não se trata de repudiar a exclusão mas de atenuá-la. (LECHNER, 1990 p. 75)

Dessa forma, como nos apresenta o autor acima citado, podemos destacar que, assim como ocorreu em diversas regiões do Ceará, a exclusão social evidenciada a partir das práticas da chamada modernização (quase sempre associada à grandes obras, projetos políticos, ao setor privado e ao Estado) ocorre em diversas regiões do país, num processo contínuo e que atinge, cotidianamente, grupos subalternizados que são colocados às margens em prol de um progresso que não condiz e não faz parte de suas realidades, mas que interessa à grupos dominantes e que são apresentados e impostos como um bem coletivo.

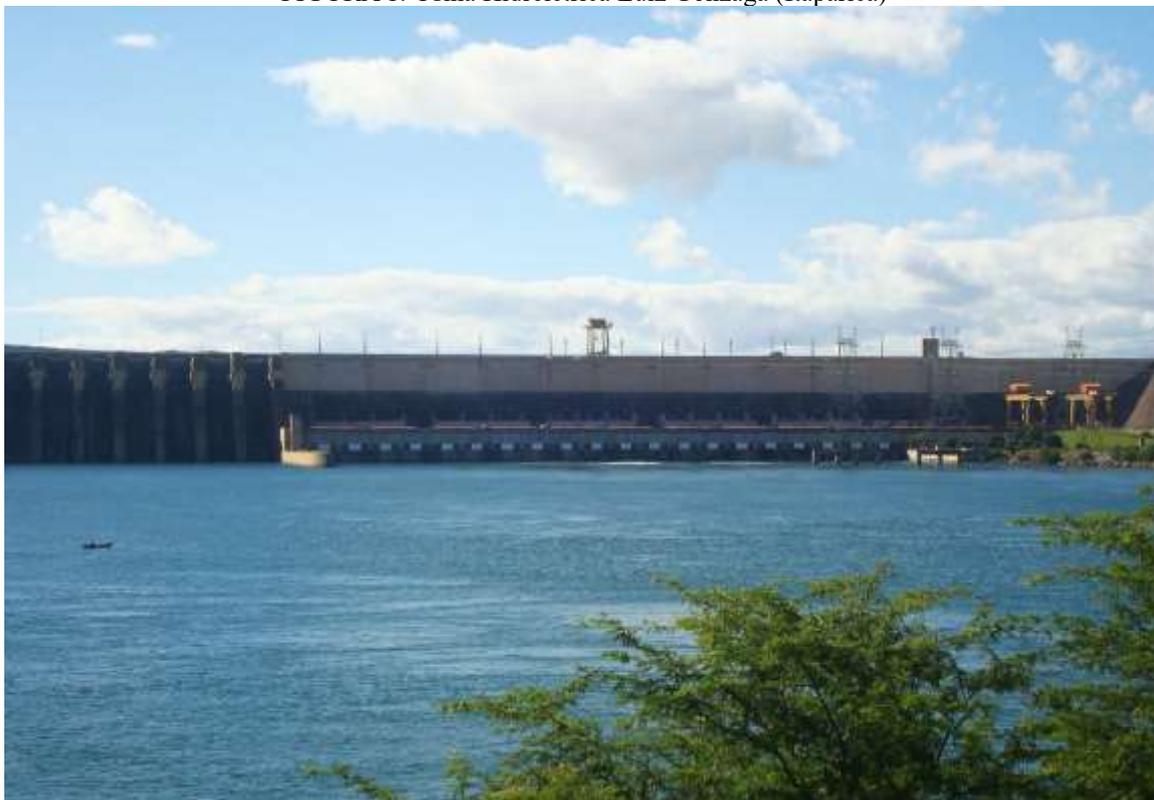
OS PANKARARUS ENTRE O OPARÁ ENCANTADO E O SÃO FRANCISCO DOS DESENCANTOS

O Rio São Francisco é um local histórico de vivência e acolhimento de diversos povos indígenas. Segundo o relatório de denúncia *Povos Indígenas do Nordeste Impactados com a Transposição do Rio São Francisco*, 32 povos indígenas distribuídos em 38 territórios ao longo dos 2.800 km de extensão do rio. Dentre esses, estão os Pankararus que se localizaram historicamente na região do submédio e adjacências. Tendo sido importante espaço na luta contra a colonização, o Opará (*rio mar*) como é chamado o velho chico por alguns povos indígenas é hoje, em muitos aspectos, fundamental para a reprodução da vida material Pankararu e de suas tradições.

Além dos transtornos irreversíveis das ações de colonização, a modernização do setor energético no Brasil foi outro fator determinante para a reconfiguração das territorialidades do povo Pankararu, quando da construção na década de 40, do Complexo Hidroelétrico de Paulo Afonso e na década de 70 da Hidrelétrica de Itaparica (atual Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga) administrada pela Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco (CHESF). Estas grandes obras atingiram de diversas formas muitas populações vizinhas provocando impactos

socioambientais cujas consequências podem ser sentidas até os dias atuais, estando os indígenas inseridos diretamente no processo.

FIGURA 1: Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (Itaparica)



Fonte: ETNOMAPEAMENTO, (2016)

Na microrregião do sertão de Itaparica, antropólogos encontraram um cemitério indígena, com urnas mortuárias, pinturas rupestres, cerâmica e cachimbos de barro. “As etnias que sobreviveram desta época são os Truxá, que atualmente residem no município de Rodela, estado da Bahia, e Inajá em Pernambuco, e os Pankararus dos municípios de Petrolândia, Tacaratu e Jatobá” (BATALHA, 2017, p.33).

A reconfiguração territorial supracitada se apresentou de maneira arbitrária na medida em que muitos desses povos tiveram e tem ainda o acesso ao rio cerceado, seja pelas novas terras destinadas como territórios indígenas, seja pela própria ressignificação moderna do leito do rio como instrumento de desenvolvimento econômico, cuja complexidade da relação indígena/rio não pode ser compreendida em sua plenitude.

Segundo Mauricio Arruti (1996) além das consequências materiais dessas obras, um aspecto fundamental para entender os desarranjos territoriais provocados pela ausência de contato entre Pankararus e as águas do Opará está na cosmologia Pankararu: as cachoeiras de Paulo Afonso e em seguida Itaparica abrigaram os Encantados, índios vivos que se encantaram

ao decidirem se jogar nas cachoeiras, passando a, dentre outras coisas, se comunicar com os povos indígenas através das águas e seus sons, anunciando novos tempos, além de promover outros encantamentos. A destruição desses locais e desta morada dos encantados é também a destruição do povo Pankararu na medida em que sua cosmologia está sendo diretamente exterminada em cada grande obra.

MAPA 1 - As terras indígenas Pankararu e Entre Serras longe do rio.



Fonte: ETNOMAPEAMENTO, (2016)

Se as grandes obras ao longo do século XX já proporcionaram uma série de problemas aos indígenas, nas últimas décadas outra problemática se torna vulto: o uso do rio para piscicultura e a carcinicultura. A região do submédio do São Francisco tornou-se estratégica para a criação de peixes exóticos visando aquecer o mercado de pescados, muito em virtude também da escassez das espécies tradicionais que habitavam o rio. Destaca-se nesse tipo de cultura a criação da tilápia do Nilo (*Oreochromis niloticus*).

As fazendas de criação destes animais na região do submédio tem se tornado um problema muito particular para os Pankararus, que em um movimento de retomada territorial voltaram a ocupar a histórica margem do rio através da terra indígena Pankararu Opará. Desde então, relatos de violência sofrida pelos indígenas por mãos de não indígenas são frequentes, seja da poluição do rio por parte dos criatórios, seja da própria destruição proposital de sítios sagrados dentro da terra indígena Pankararu Opará. A denúncia é de que esse tipo de atividade econômica tem reforçado uma dinâmica de “privatização” do rio São Francisco e suas margens.

Em outro flanco de violência está o Projeto de Transposição do Rio São Francisco cujas irregularidades flagrantes em sua execução ocasionaram uma série de interrupções judiciais. Dentre as irregularidades estão desde a insuficiência de estudos de impacto ambiental até o desrespeito ao direito de consulta e participação dos povos envolvidos. O Brasil é signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho que, sobretudo em seus artigos 14 e 15 reafirmam a necessidade de consulta e participação dos povos indígenas sobre seus territórios. Embora os canais de transposição agridam mais diretamente o território de outros povos (Truká e Pipipã por exemplo), também causa uma série de efeitos colaterais à territórios diversos, além de sua questionabilidade concreta das razões da transposição.

Ainda no campo do desrespeito legal, nunca é demais lembrar o texto da Constituição Federal de 1998, que no capítulo VIII (Dos índios) em seu artigo 231, parágrafo 1º afirma:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, *as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições* (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988) (grifo nosso).

Cabe verificar a fragilidade do relacionamento entre o direito e sua execução. Esse frágil laço parece ser mais evidente quando o agente “ilegal” é o Estado brasileiro e sua sanha desenvolvimentista. As contradições territoriais que se estabelecem no processo de formação territorial brasileira parecem incontornáveis quando pensamos no antagonismo entre as múltiplas compreensões territoriais e sobre a natureza dos povos indígenas e o projeto moderno, capitalista, colonial. Se água para uns é apenas mais artefato da sociedade produtora de mercadorias, para outros é início, meio e renovação de uma existência que se engrandece a cada possibilidade de reencantamento. Diante disso questionamos: quais os desafios territoriais dos Pankararus para reafirmação de suas territorialidades dentro do projeto moderno colonial capitalista?

BARRAGEM DE ACAUÃ: BENEFÍCIOS E PROBLEMAS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS

A construção da barragem Argemiro de Figueiredo, popularmente conhecida como Acauã, iniciou-se no ano de 1999, e foi concluída em 2002 no médio curso do Rio Paraíba. Ela tem capacidade para armazenar 253.000.000m³; detém uma represa em concreto com 446 metros de comprimento; se enquadra na categoria das barragens de grande porte e, no seu projeto inicial, previu a inundação de 330 hectares, com represamento de aproximadamente 22 quilômetros de extensão.

O conflito que envolve a construção da barragem de Acauã se construiu em função de interesses/necessidades divergentes:

1. Por um lado, existia a óptica de que a barragem de Acauã iria represar água suficiente para controlar as enchentes e, especialmente, para fornecer água para abastecimento público de cidades que estão no semiárido paraibano, a saber: Salgado de São Félix, Itabaiana, Pilar, Ingá, Itatuba, Mogeiro, São Miguel de Taipu, Aroeiras e Fagundes, além do reforço no sistema de abastecimento de Campina Grande, Boqueirão, Queimadas e Caturité.
2. Como controvérsia ao exposto anterior, muitas famílias e comunidades rurais próximas às calhas fluviais não desejavam a referida construção em virtude do temor de perdas econômicas e de sua identidade territorial;

Mesmo sobre contra-argumentos, a barragem Argemiro de Figueiredo foi concluída em 2002, e os conflitos socioculturais, econômicos e ambientais começaram a surgir. Inicialmente, houve a desterritorialização de centenas de famílias através da realocação para uma agrovila construída pelo Poder Público. Tal iniciativa gerou muitos conflitos, pois os moradores realocados afirmam ter sofrido perdas materiais – imóveis – e imateriais: afetividade e identidade territorial. Além disso, muitas famílias alegaram que a agrovila para qual foram realocados, era desprovida de qualquer serviço público e sem abastecimento de água, o que inflamou ainda mais a revolta popular (SOUZA & AZEVEDO, 2013, p.14)

FIGURA 2: Imagem da Vila Nova de Pedro velho para onde foram alocadas famílias atingidas com a construção da barragem de Acauã.

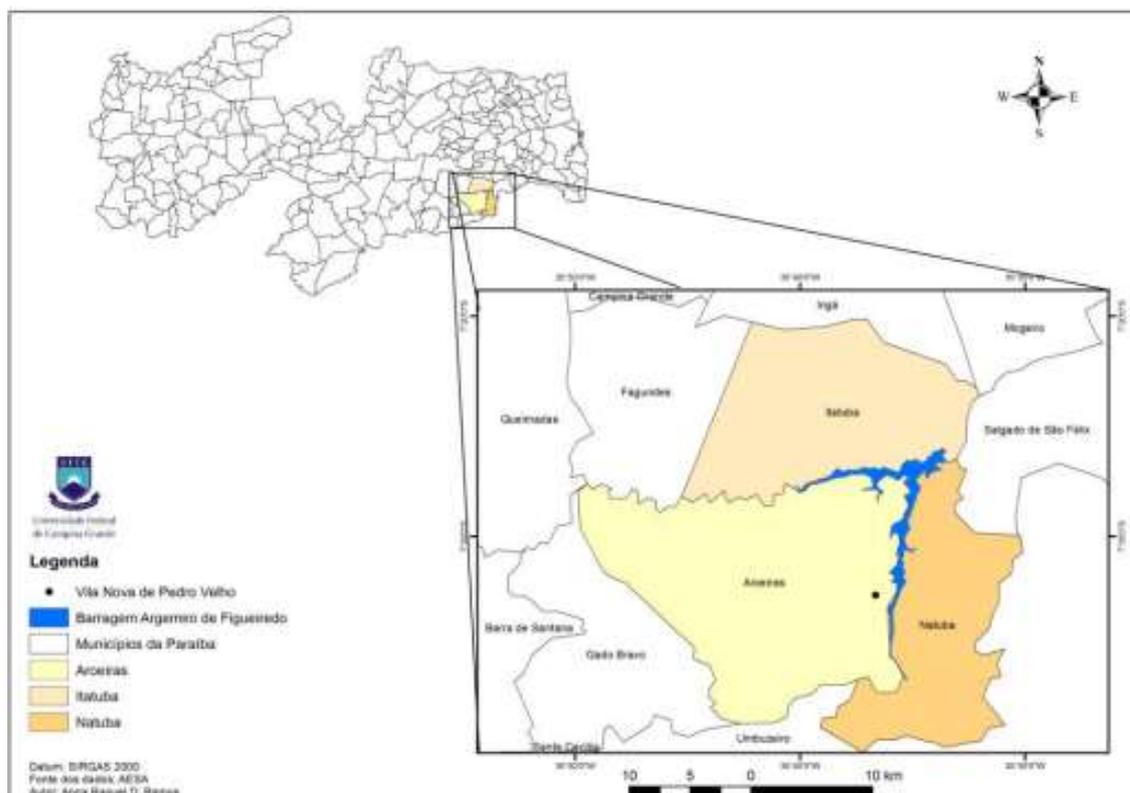


Fonte: Souza e Azevedo, 2013.

Outros conflitos locais forma inflamados pelo fato de: a) muitos moradores alegaram receber um valor bem abaixo do que seria justo, ou ainda, outros alegaram o não pagamento das indenizações; e b) poluição/eutrofização das águas em virtude de efluentes domésticos, agrícolas e industriais, o que causou problemas ambientais e socioeconômicos (NETO et al., 2012, p. 8);

Em suma, a construção da Barragem Argemiro de Figueiredo, Acauã, promoveu benefícios socioeconômicos no tocante a gestão dos recursos hídricos para o controle de enchentes e abastecimento público; mas, também, condicionou o advento de conflitos/impactos socioculturais, econômicos e ambientais, principalmente ao atingir 5 comunidades rurais nos municípios de Aroeiras, Natuba e Itatuba (Figura 1), a saber: Cafundó, Ilha Grande, Junco, Melancia, Cajá e Pedro Velho (SOUZA & AZEVEDO, 2013, p.14).

MAPA 2: Localização da barragem de Acauã, com destaque para os municípios de Itatuba, Natuba, e com seu distrito: Pedro Velho.



Fonte: Souza e Azevedo, 2013.

Por fim, o propósito deste trabalho não é apenas expor os conflitos correlacionados ao “projeto modernizador da gestão hídrica” através da construção de grandes represas, mas também propor que haja novos questionamento frente a esta problemática, dentre eles, tem-se: Que interesses e necessidades devem ser priorizados quando da existência de grandes projetos hidráulicos? Como compatibilizar o uso múltiplo das águas e o respeito às identidades socioculturais de povos tradicionais? E como colocar a desterritorialização como um elemento essencial para inibir conflitos socioculturais que, há séculos, tem sido promovido como uma identidade colonial?

CONSIDERAÇÕES

Os três exemplos apresentados nos trazem um panorama importante sobre as contradições práticas evidenciadas nos grandes projetos de desenvolvimento implementados no Brasil sob a bandeira do progresso. No caso do Nordeste e em particular do semiárido, cujas condições naturais exigem das populações relações especiais de convivência com o meio,

parece haver um “mote” que transfere a responsabilidade do sistema capitalista moderno e colonial e suas desigualdades estruturantes para uma suposta “natureza ingrata”. Os casos citados reforçam ainda que a repetição canônica do mote “combate à seca” não é privilégio de nenhum campo político específico na medida em que até mesmo conservadores têm simpatia pela ideia do progresso. Há uma internalização mais ou menos geral de que o progresso implementado no país desde a colonização é uma norma, uma marcha para a qual se segue sem possibilidade de negação. Nessa ideologia totalizante do progresso, a água tem ocupado lugar de destaque tornada mais uma mercadoria estratégica. Se é de fato uma marcha, o genocídio indígena, o racismo estrutural e ambiental e a incessante perseguição a outros tipos de racionalidade evidenciam que se trata de uma marcha fúnebre.

Ainda: o antagonismo simbolizado neste trabalho, que se concretiza nos diferentes significados de um rio – Jaguaribe, São Francisco ou Paraíba - demonstra que as possibilidades de conciliação com o projeto colonial são mínimas e os conflitos estarão sempre na ordem do dia.

Por fim, cabe ressaltar que ações de resistência ao “desenvolvimento” têm ocorrido de maneira incansável em diversas frentes: denúncias nos meios legais – reconhecidos os limites destes -; através de ações diretas como no caso das ocupações, assentamentos, retomadas territoriais e auto demarcações indígenas; com os próprios corpos territórios que se insurgem contra a desterritorialização totalizante do ser tão cara à modernidade; e ainda através de uma crítica à razão acadêmica e toda a colonialidade em que ela se baseia. Com relação ao último ponto, sabe-se que não é possível produzir conhecimento descolonial com métodos coloniais, e precisamos construir novas metodologias que permitam o diálogo entre distintos saberes e diferentes matrizes de racionalidades (CRUZ, 2017). Assim, a solução de conflitos passa pelo diálogo para atender às diversas necessidades e interesses (NETO et al, 2012).

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Mauricio. **O Reencantamento do Mundo - Trama Histórica e Arranjos Territoriais Pankararu** (Dissertação), UFRJ. Ano de Obtenção: 1996.

BATALHA, Valmir dos Santos. **Os Rituais Pankararu: memória e resistência** (TESE), PUC/ São Paulo. Ano de obtenção: 2017.

BATISTA, Joalysson Severo. **Memórias do sítio Cachoeira de Aurora-CE: tradições e histórias submersas pelas águas de um projeto político. (1989-2000)**. Dissertação (Mestrado

em História) Programa de Pós Graduação em História - Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 99 f, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Centro Gráfico, 1988.292p

CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para renovação do pensamento crítico. In: **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**, (orgs) Valter do Carmo Cruz, Denílson Araújo de Oliveira. Rio de Janeiro: Letra Capital, pp. 15-36, 2017.

Desapropriações/reassentamentos existentes no Estado. **Atlas Eletrônico dos Recursos Hídricos do Ceará**. Disponível em <http://atlas.srh.ce.gov.br/infra-estrutura/reassentamentos/index.php?status=1>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

ETNOMAPEAMENTO da Terra Indígena de Pankararu. Fundação Nacional do Índio (FUNAI)/Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI), 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Territórios. In: Saquet, Marco Aurélio; Sposito, Eliseu Saverio. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, pp. 197-215, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia. **Censo demográfico**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/itatuba/panorama>. Acessado em 15 de junho, 2021.

LECHNER, Norbert. A modernidade e a modernização são compatíveis?: O desafio da democracia latino-americana. **Lua Nova**. São Paulo, v. n. 21, p. 73-86, Set., 1990.

NETO, M.F.; SILVA, P.C.M.; PEREIRA, R.A. Impactos sócio-ambientais causados pela construção de barragem: estudo de caso Acauã – PB. **Revista Scire**, Vol 01, N.º 01, 2012.

PEREZ, M. S. e GONÇALVES, C.U. Viver é seguir r-existindo: a luta desigual das comunidades camponesas e o cavalo de tróia do que hoje é Suape. In: SANTOS, Mariana Olívia Santana dos; GURGEL, Aline do Monte; GURGEL, Idê Gomes Dantas. **Conflitos e injustiças na instalação de refinarias: os caminhos sinuosos de Suape**, Pernambuco. Recife: Editora da UFPE, 2019. p: 257-284.

RADOMSKY, G.F.W. Colonialidade, pensamento decolonial e crítica do desenvolvimento: implicações epistemológicas e metodológicas. In: **Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias**, Raquel Maria Rigotto, Ada Cristina Pontes Aguiar, Lívia Alves Dias Ribeiro (orgs.). Fortaleza: UFC, pp. 59-89, 2018. <http://www.tramas.ufc.br/wp-content/uploads/2018/07/Tramas-para-a-Justi%C3%A7a-Ambiental-E-BOOK.pdf>

SOUZA, F.N. AZEVEDO, S.L.M. Mudança espacial e impactos socioambientais: a construção da barragem de Acauã em Aroeira-PB. **Revista Rios Eletrônica**, ano 7, n.º 7, 2013.

TOMÁZ, Alzeni et al. Relatório de denúncia: povos indígenas do Nordeste impactados com a transposição do Rio São Francisco. **Salvador: APOINME-Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste. Minas Gerais e Espírito Santo**, 2012.